



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Interior

C2 MUNICÍPIOS

Correio de Sergipe • Aracaju • domingo
16 e segunda-feira 17 de agosto de 2015

'Poder Popular' entrega denúncias no MPE

Entre as supostas irregularidades, em Pirambu, contidas no documento, está a compra de merenda escolar

Mercia Oliva
merc@procuradoriasergipe.com

Cansados de ter os seus direitos deixados de lado por parte do Poder Municipal, integrantes do Fórum do Poder Popular (FPP) de Pirambu, distante 76 quilômetros da capital, foram recebidos na manhã da última quinta-feira, 13, pelo promotor de justiça Etélio de Carvalho Prado, no Fórum Alberto Bragança Azevedo, no município de Japarutuba, sede da comarca que abrange o município litorâneo.

De acordo com um dos membros do Fórum que esteve na reunião, o professor Claudomir Tavares da Silva, entre as denúncias relatadas estão: merenda escolar que foi incorporada ao procedimento já aberto; pavimentação da Rua Propriá - um pequeno trecho; perfuração de poço artesiano e compra de imóveis e utensílios para secretarias. "Todas estas denúncias foram tiradas do Portal da Transparência e do site do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Portanto, todas as informações são



■ Promotor de Justiça Etélio Prado recebeu documentos para ser analisados



MERENDA ESCOLAR FOI INCORPORADA AO PROCEDIMENTO JÁ ABERTO, ALÉM DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA PROPRIÁ - UM PEQUENO TRECHO, PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO E COMPRA DE IMÓVEIS E UTENSÍLIOS PARA SECRETARIAS

referendadas. São constatados os valores registrados nos itens que contam a pavimentação e a perfuração; e em relação ao item que trata dos móveis, queremos saber onde estão estes móveis", relata o professor Claudomir, salientando que foi a Prefeitura a encarregada das informações.

• Encaminhamentos

Segundo o professor, o resultado da reunião foi produtiva, pois o promotor de justiça abriu três procedi-

mentos - um deles será incorporado ao outro que já foi aberto (merenda escolar), quanto aos demais, serão analisadas. Em relação ao relatório apresentado do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), elaborado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), que está em mídia, será aberto e analisado para verificar onde vai a competência e responsabilidade do Ministério Público Estadual (MPE).

"Foi-nos informado pelo doutor

Etélio que se for uma coisa específica do município, tomará as providências, mas se for uma coisa genérica, envolvendo outros municípios, fará encaminhamentos. Não foi dado nenhum prazo para a próxima reunião, mas o promotor se colocou à disposição para sempre que necessário, nos receber", frisou Claudomir Tavares, salientando que o promotor recebeu a comissão composta, além dele, pelos membros Helder Muniz Santos e Antônio Edson Barreto.

• Assinaturas

O Fórum do Poder Popular, em função da reunião no MP, resolveu adiar o lançamento que estava previsto para a última quinta-feira da campanha de assinaturas, para o Projeto de Iniciativa Popular que propõe o fim da Contribuição de Iluminação Pública. Este dia foi batizado pelo FPP como "Dia Municipal de Luta" e faz parte da agenda aprovada pela Plenária Municipal realizada em 17 de julho de 2015.